



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 72ª  
(SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Agaciel Maia a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 71ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para proceder a um registro que reputo muito importante para o Distrito Federal. Saiu o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, e nós tivemos uma surpresa extremamente positiva.

Veja V.Exa. que o Colégio Militar Dom Pedro II, do nosso querido Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, ficou na primeira colocação entre as escolas públicas do Distrito Federal, acima inclusive do Colégio Militar de Brasília, que tem uma história, V.Exa. sabe, de tradição. Apesar de ter melhorado a maioria das notas do Ideb, do chamado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que é calculado, Sr. Presidente, com base no aprendizado dos alunos em português e matemática e no fluxo escolar, o Distrito Federal alcançou a meta estabelecida em relação a 2013, fixada, portanto, pelo Ministério da Educação, apenas nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública. No período final, o Distrito Federal não logrou êxito.

É preciso que se diga que a rede de ensino da Capital do País ficou acima da média nacional no que tange ao Ensino Fundamental. Então, nós temos duas alegrias. A primeira é esta: o Distrito Federal ficou acima da média nacional no Ensino Fundamental. Uma segunda é fazer o registro de louvor ao trabalho de construção de todos aqueles homens e aquelas mulheres que ajudaram na construção do Colégio Militar Dom Pedro II, que agora mostra esse resultado ao Distrito Federal e ao Brasil.

Eu queria fazer esse registro, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Eu agradeço a V. Exa.

Na semana passada, eu não me encontrava neste plenário na última terça-feira, mas sei que V. Exa., bem como o Deputado Patrício, fizeram um discurso acerca da reestruturação das corporações militares do Distrito Federal. A esse respeito, quero dizer que esta Presidência, antes mesmo da fala de V.Exa., já tinha encaminhado um ofício ao comando do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Eu quero dizer a V.Exa. que, também em função dessa sua fala, eu encaminhei um ofício a S. Exa., o Sr. Governador do Distrito Federal, para que, antes de encaminhar a proposição ao Governo Federal, abrisse uma discussão com os Parlamentares desta Casa. Temos vários parlamentares oriundos das corporações militares que podem dar a sua contribuição além daquela que a própria comissão de debate no interior das duas corporações fizeram durante esses últimos meses.

Eu passo essa informação a V. Exa. para que seja publicamente noticiado na cidade.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, na sexta-feira passada, eu estive fazendo uma visita ao Posto de Saúde nº 3 da Quadra 9 do Riacho Fundo I. Deputado Chico Vigilante, lá o posto é o mesmo da época da construção. Fiquei impressionado com a qualidade dos recursos humanos, dos médicos, principalmente pela formação, Deputada Arlete Sampaio. O pessoal, em sua maioria, tem mestrado, são médicos já experientes, mas as condições de trabalho são muito precárias. Portanto, eu queria aqui me manifestar e pedir aos colegas, principalmente aos da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – eu vou fazer isso por escrito –, que incluam uma emenda para que seja feita a reforma do Posto de Saúde nº 3 da quadra 9 do Riacho Fundo I. As condições lá são muito precárias, tanto no que diz respeito às instalações elétricas como ao espaço. As salas são muito pequenas. No atendimento, apesar de os recursos humanos serem muito categorizados, nós temos um problema sério com o espaço físico. Então, dá para se fazer uma reforma. Nós temos recursos para isso.

Portanto, eu quero manifestar aqui o desejo de que o Posto de Saúde nº 3, da quadra 9, do Riacho Fundo I seja reformado.

Hoje também, Sr. Presidente, eu quero falar sobre uma situação que atinge a todos nós, por mais que ignoremos: o Entorno de Brasília.

Assistindo a uma reportagem em jornal local, na hora do almoço, passei a fazer algumas reflexões sobre a saúde do Distrito Federal, que a maioria da população classifica como caótica.

Pude observar, pelos dados apresentados, que em alguns hospitais, o atendimento feito a moradores do Entorno é de quase 50%. Essa situação, que se arrasta aqui no Distrito Federal há muitos anos, merece uma atenção especial, Deputada Arlete Sampaio, merece um estudo, afinal, temos que encontrar uma solução. Não podemos permitir que a saúde aqui continue dessa maneira, nem podemos deixar de prestar atendimento às pessoas que moram no Entorno. Moram



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

no Entorno, mas fazem parte do DF, pois é aqui que estudam, é aqui que trabalham e é aqui que têm familiares.

Por isso, é de vital importância, tanto para a população do Entorno quanto para a população do Distrito Federal, que os governos do Distrito Federal e de Goiás prestem um atendimento diferente do que existe hoje para solucionar a questão da saúde. Temos que lutar para acabar com esse caos nos hospitais e uma das soluções passa pelo Entorno.

É aí que vem a questão: o que fazer?

Temos que começar dizendo que essa realidade não pode ser lembrada somente em época de eleição. É preciso que haja políticas públicas para o Entorno. A Secretaria do Entorno já existe, mas é preciso que ela tenha orçamento para tocar, em parceria com o Estado de Goiás, as obras necessárias para atender com dignidade a população.

Na área da saúde, é preciso dotar o Entorno do Distrito Federal com UPAs, postos de saúde e hospitais de excelência para que a população não precise se deslocar quilômetros de distância para receber um atendimento.

O Entorno é uma região que cresceu muito nas últimas décadas, juntamente com Brasília. Cresceu, mas não se desenvolveu. Está na hora de mudar essa realidade. Não podemos continuar aceitando a frase feita de que "o Entorno é problema" para o Distrito Federal. Tudo o que o Entorno produz, por exemplo, vem para a Capital Federal. É aqui que é vendido. Recentemente, foi inaugurado um *outlet* próximo daqui, em Alexânia. A maioria dos clientes é daqui de Brasília. Comércio como esse geram empregos, renda, melhorias para a população.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, repito que é preciso um estudo aprofundado dessa situação, com projeção do futuro e ações dos dois governos, Goiás e Distrito Federal, para que possamos mudar a realidade, não somente da saúde do Distrito Federal e Entorno, como também de outras áreas que apresentam dificuldades e atingem a população do Entorno.

Precisamos de mais escolas de qualidade, melhorias no trânsito, melhorias nas vias de acesso, melhoria no transporte público. É necessário investir também em segurança pública. Esses são os grandes desafios que precisam ser enfrentados para mudar a realidade e, se isso ocorrer, todos sairão ganhando. É preciso políticas públicas, empenho e seriedade para tratar a questão. Não podemos continuar fechando nossos olhos como se a situação não existisse. Ela existe sim e pede medidas urgentes.

Era isso o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Convido o Deputado Chico Vigilante para fazer uso da palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, na tarde de hoje, fazer dois registros. Primeiro, eu considero da mais alta importância... Pude constatar o brilho nos olhos da companheira Solange, Diretora do Centro de Saúde nº 9, no Setor P Sul. Ela militou muito tempo com V.Exa., Deputada Arlete Sampaio. Ela é uma trabalhadora da Saúde. Ela tem uma vida inteira dedicada à Saúde. Eu pude constatar sua felicidade quando ela me falou que conseguiu, no posto de saúde que ela gerencia, implementar o atendimento da Estratégia Saúde da Família em todo o Setor Pôr do Sol, um dos setores mais desassistidos da Ceilândia e que hoje tem 100% da cobertura da Estratégia Saúde da Família. Essa é realmente uma notícia alvissareira, que mostra, claro, Deputada Arlete Sampaio, que V.Exa. foi uma boa mestra para os militantes que iniciaram na política junto com V.Exa. Ela, já prestes a se aposentar, ainda se emociona como, digamos, uma menina quando consegue fazer essa coisa tão extraordinária que é implementar 100% de atendimento da Estratégia Saúde da Família numa comunidade tão pobre. Portanto, quero parabenizar a Dra. Lucimar, Diretora da Regional de Ensino, e a todos os trabalhadores da Saúde no Centro de Saúde nº 9, do P Sul, porque realmente esse é um feito extraordinário e que merece ser registrado aqui.

Quero abordar um segundo ponto na tarde de hoje. Eu quero falar dessa história que apareceu nos meios de comunicação, especialmente na revista *Veja*, dessa matéria sobre a delação premiada de um elemento que foi diretor da Petrobrás. Primeiro, a revista, que eu não leio mais, pelo que tomei conhecimento, não apresenta um documento a respeito dos depoimentos prestados por esse elemento. Portanto, é muito grave soltar uma matéria como essa, que tem endereço certo. É uma tentativa de prejudicar a candidatura da Presidenta Dilma Rousseff, mas fica claro que o objetivo não será alcançado, porque a Presidenta Dilma, segundo a pesquisa MDA de hoje, voltou a subir novamente, cresceu três pontos da última para essa pesquisa. O Aécio continua em queda livre. Quem cresce neste momento é a Presidenta Dilma. Eu tenho certeza de que, pelo trabalho que a Presidenta Dilma tem desenvolvido neste país, eu não tenho dúvida nenhuma de que S.Exa. será reeleita no primeiro turno, por tudo que S.Exa. tem a mostrar, pela oportunidade que S.Exa. está tendo de mostrar, no horário eleitoral, todas as realizações do seu governo. A mídia não mostra, não apresenta essas realizações, até porque, Deputada Arlete Sampaio, este país é um país machista.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu estava acompanhando, nesses últimos quinze dias, essas questões eleitorais em nível de Brasil, e eu achei muito bom. Uns perderam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

alguns pontos, outros ganharam alguns pontos, porque começou a se discutir o Brasil. Essa campanha eleitoral estava só no blá-blá-blá. A partir do momento em que se deu essa mudança toda, com ponto para lá e ponto para cá, isso mexeu nos nervos dos candidatos. Começou, então, a se discutir o que o Brasil quer na área da segurança e na área da saúde, o que o Brasil quer fazer pelos nossos jovens que estão sem oportunidades e precisando estudar, trabalhar e fazer sua história, o que queremos na agricultura, o que nós queremos fazer na área de geração de emprego das grandes metrópoles. Começamos a discutir a questão do transporte público em nível nacional.

Então, foi muito importante esse tema que V.Exa. trouxe nesta tarde para começarmos a analisar nossos programas eleitorais e começarmos a ver quem, de fato, fez, quem quer fazer e quem está preparado para dar continuidade, para mostrar para esse país tão imenso que é o Brasil o que vamos fazer por esse povo. É muito importante tudo isso o que está acontecendo.

V.Exa. é um conhecedor de Brasília, foi Deputado Federal, é maranhense, é um cidadão que veio de uma cidade simples, é um homem que veio de uma família que não é tradicional em recursos, mas é tradicional pelo berço da maioria do povo brasileiro. Noventa e nove por cento das pessoas, Deputado Chico Vigilante, são como eu e V.Exa.: tiveram uma dificuldade muito grande para irem à escola, tiveram uma dificuldade muito grande para conseguirem sair da sua região e vir para uma metrópole maior. Noventa e nove por cento dessas pessoas são iguais a nós dois, às nossas famílias. O Brasil precisa trabalhar por famílias iguais às nossas, que precisam de oportunidade, que precisam fazer a sua história.

Eu acho fundamental esse tema de que V.Exa. se ocupa hoje. V.Exa. não veio falar da política local, mas da política federal. V.Exa. está de parabéns.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

V.Exa. tem razão. Quem tem alguma coisa para mostrar ao Brasil hoje é a Presidenta Dilma. Quem tem proposta é exatamente a Presidenta Dilma. Portanto, eu tenho certeza absoluta de que a Presidenta Dilma irá vencer essas eleições no primeiro turno, por tudo de bom que S.Exa. tem feito para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio como Líder de Governo.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder de Governo. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos e a todas.

Em primeiro lugar, eu quero aqui abordar o tema trazido a este plenário pelo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Deputado Agaciel Maia, que diz respeito à função, cada vez mais evidente, que tem que ter o Distrito Federal de assumir a sua vocação metropolitana. Brasília e a sua construção ensejaram o crescimento de diversas cidades do Entorno, criaram verdadeiros fenômenos, como é o caso de Águas Lindas, uma cidade que, em curto prazo de tempo, já ultrapassava os 100 mil habitantes. Não podemos ficar aqui achando que não temos nada a ver com isso, pois grande parte dessas pessoas vem a Brasília trabalhar e ocupar os serviços públicos da Capital. Então, cada vez mais, é fundamental que Brasília efetivamente assuma a sua vocação metropolitana, o que significa dizer, assuma o protagonismo da construção de um fórum que englobe o Governo Federal, o Governo de Goiás, o próprio Governo do Distrito Federal e os municípios mais próximos no sentido de desenhar um conjunto de políticas públicas capazes de alavancar não só o desenvolvimento econômico como também o desenvolvimento humano das nossas cidades. Não dá mais para admitirmos que a política de saúde do Entorno seja a compra de ambulâncias para trazerem os pacientes para Brasília sem sentarmos com os governos locais, definirmos uma estratégia para que eles assumam, pelo menos, a atenção básicas às pessoas e definirmos protocolos para que haja referenciamento dos pacientes nos casos de média e alta complexidade. É fundamental que haja aporte de recursos da União, de Goiás, do DF e dos municípios para um fundo comum que pense o desenvolvimento do conjunto do Entorno.

Estou completamente de acordo com essa visão que aqui trouxe o Deputado Agaciel Maia e acho que temos de provocar, de fato, este debate, para que possamos assumir a dianteira.

O segundo tema de que eu gostaria de falar foi abordado pelo companheiro Deputado Chico Vigilante. De fato, é esquisito que a um mês das eleições vaze uma informação da delação premiada desse ex-diretor da Petrobrás. Evidentemente, ela deve ter sido fornecida por pessoas que deveriam ter a conduta ímpolita de salvaguardar o sigilo de todo esse processo, que ainda está sob investigação. Mas, para quem foi vítima das acusações de que o PT atuou no sequestro do Abílio Diniz ou para quem foi vítima das acusações das relações do PT com as FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia ou de tantos outros absurdos, acho que até o povo brasileiro está vacinado com relação a isso. E é por isso que não tenho dúvida de que todos farão a diferença em reconhecer na Presidenta Dilma uma pessoa que tem tido um comportamento exemplar no que diz respeito ao combate e ao enfrentamento da corrupção, não pairando sobre ela quaisquer dúvidas no sentido da lisura com o trato dos recursos públicos.

Por último, Sr. Presidente, quero aqui fazer um apelo, já na condição de Parlamentar, não mais na de Líder de Governo: todos sabem que não sou candidata. Meu mandato será encerrado no dia 31 de dezembro deste ano. Portanto, tenho três meses para uma série de iniciativas que o nosso mandato encaminhou aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Há um projeto de decreto legislativo, de minha autoria, que concede o título de cidadão honorário ao Dr. Geniberto Paiva Campos, um conhecido cardiologista da nossa cidade, ex-professor da Universidade de Brasília – aliás, foi meu professor de Cardiologia. Esse projeto encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais. A Deputada Celina Leão já envidou esforços no sentido de que ele fosse apreciado, mas não houve *quorum*. Eu queria fazer um pedido especial a todos os nossos colegas Deputados, para que abram uma exceção no momento em que houver *quorum*, a fim de que a gente possa fazer o parecer em plenário, porque já está marcada a data da concessão do título de cidadão honorário e eu gostaria de poder realizá-la, efetivamente, no dia agendado para o evento. Espero contar com o apoio de todos os colegas e agradeço ao Presidente o tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu queria saudar os nossos servidores da Casa que estão chegando. Eles estão na luta pelo plano de carreira, e colocamos à disposição o nosso mandato, para nos ombrearmos nessa luta, que é digna e valorosa, do servidor público.

Antes de eu começar o meu pronunciamento, também quero cumprimentar os estudantes do curso de Direito do Projeção. Sejam bem-vindos, pessoal, a esta Casa Legislativa!

Sr. Presidente, o meu pronunciamento nesta tarde refere-se a uma informação ou um convite indevido que está circulando nas redes sociais. Fiz questão de imprimir o *e-mail* do convite aos policiais militares do Distrito Federal.

Deputada Arlete Sampaio, na semana passada, falamos disto nesta Casa. Não só eu, mas o Deputado Patrício, o Deputado Aylton Gomes e vários outros Parlamentares desta Casa manifestaram a rejeição a esse possível plano de reestruturação tão falado nos quatro cantos do Distrito Federal. Ficou amplamente acordado que esta Casa vai trazer esse debate para cá, porque é a Casa do povo ou deveria ser a Casa do debate.

Fui surpreendida, Deputada Arlete Sampaio, com um e-mail que está sendo enviado a todos os Policiais Militares e Bombeiros do Distrito Federal, convidando-os para um evento hoje à noite, às 20h, quando será assinado, pelo Vice-Governador Tadeu Filippelli, a minuta do projeto de reestruturação do plano de carreira da PM, para ser encaminhada à Casa Civil.

Ora, se todos estão falando que o plano não está bom, que o plano não está adequado, que há um alto grau de coronelismo no plano, por que se insiste em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

encaminhá-lo hoje à noite, em um evento, sem que ele tenha sido discutido com esta Casa?

Quero deixar aqui a minha manifestação de repúdio a esse tipo de ato. Não consigo, realmente, compreender como, em plena campanha eleitoral, conseguem ter uma postura tão antieleitoral como essa.

Sr. Presidente, há vários outros oficiais que estão se manifestando também. Os oficiais devem ser favoráveis à proposta, porque tudo é para eles no plano de reestruturação. Quem está indignada é a PM que está na rua, os praças.

Deputada Arlete Sampaio, existe coronel aí que tem mais assessor do que Deputado. Um para anotar, outro para dirigir a viatura, outro para dar segurança, outro para puxar saco, em vez de estarem na rua, cuidando da segurança pública.

Deixo, então, nesta tarde, a minha manifestação de repúdio, em nome de todos os praças do Distrito Federal, que já estão indignados.

Quanto a esta surpresa da entrega desse plano, que não foi discutido com eles, ao Vice-Presidente da República, às 19h, tive o cuidado de fazer uma carta, porque talvez não tenham contado ao Sr. Michel Temer que esse plano é uma porcaria e que não passou pela avaliação dos policiais militares que estão nas ruas. Fiz questão de colocar isso na minha carta e de encaminhá-la ao Gabinete do Vice-Presidente da República hoje. Acredito que possam até encaminhar a matéria para o Vice-Presidente da República, mas aprovar, não, porque não há o apoio dos praças do Distrito Federal.

Hoje, inclusive, está marcada uma manifestação na porta do evento, com a presença da família dos policiais militares. Hoje, eles sequer podem se manifestar. Quem tem que se manifestar são os familiares.

É esse tipo de atitude que coloca a segurança pública do Distrito Federal no limbo, na falta de discussão, na falta de conversa, na falta de proposta. Esse e-mail que está circulando por aí, deixamos registrado nesta Casa, porque tem muita gente que pensa que não há representantes na Câmara Legislativa para defender a Polícia Militar e os Bombeiros. Há, sim! Podem ser poucos, mas há, e vamos brigar até o final.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, no início da sessão de hoje, em função da questão de ordem, na semana passada, do Deputado Chico Leite, seguido do Deputado Patrício, nós, que já havíamos encaminhado o expediente, para termos conhecimento, de fato, da proposta, também encaminhamos, em nome da Presidência desta Casa, uma correspondência a S.Exa. o Sr. Governador do Distrito Federal, pedindo que esse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

debate viesse à Câmara Legislativa, em função da presença e da participação de vários Parlamentares na questão do plano de reestruturação das carreiras de Policiais Militares e de Bombeiros, pela magnitude dessas carreiras e pela relevância dos serviços prestados à sociedade do Distrito Federal.

Fiz isso em nome da Casa, para que os Parlamentares abrissem essa discussão e pudessem acompanhar isso, a fim de terem conhecimento do teor da proposta que se pretende encaminhar ao Governo Federal e que foi construída no interior de uma comissão junto ao GDF.

Portanto, eu quero me associar à sua preocupação, mas também registrar a iniciativa que esta Casa tomou para dar desdobramentos ao debate dessa matéria.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, eu quero parabenizar V.Exa. pela postura e pela luta de buscar, de forma democrática, que esse plano viesse para a Câmara Legislativa. Só que eu quero terminar o meu discurso aqui, Sr. Presidente, um pouco mais indignada do que eu comecei. Se V.Exa. mandou um ofício pedindo que um plano de reestruturação passasse por esta Casa e o Sr. Vice-Governador ainda quer entregar para o Vice-Presidente sem passar por esta Casa... De duas uma: ou ele não reconhece esta Casa como representante do povo do Distrito Federal, ou ele acha que ele é superior a esta Casa, ou toda essa história é mentira.

Então, é isso que eu quero deixar como registro final. Se esse tipo de ato e conduta está sendo feito sem sequer...

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, eu acho que o Vice-Governador, um homem que foi Deputado Distrital, foi Deputado Federal, jamais teria no seu pensamento a vontade de tirar a importância da Câmara Legislativa.

Eu entendo que o que pode ter acontecido é que o Vice-Governador Filippelli, em vez de remeter aqui para a Câmara Legislativa e tentar articular, devido ao pouco espaço de tempo que a gente tem para resolver essa matéria que é dos bombeiros, dos policiais e da polícia civil... Então, eu entendo que aí pode haver um assessor que em vez de comunicar toma certas decisões. Deve ter sido isso que aconteceu. Quem pensa, quem tem na sua cabeça, quem imagina que esse Poder não é um Poder que representa o povo do Distrito Federal está muito enganado. E V.Exa. vê aí nos programas eleitorais.

V.Exa. está fazendo o seu trabalho corretamente: está representando aqui um segmento que a procurou e que entende que esse projeto não o está representando. V.Exa. veio aqui e deu um alerta. Eu queria aqui reforçar, não defender o Vice-Governador Filippelli, ele não precisa da minha defesa: devemos entender isso como um equívoco. Ele jamais quis desprestigiar a Câmara Legislativa,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

desprestigiar este Poder. Ele é um homem democrata, é um homem que conhece bem a história política e eu entendo que possa ter ocorrido um mal-entendido, mas não para desmoralizar este Parlamento.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, eu vou só encerrar em cima do aparte do Deputado Olair Francisco.

Eu acho que se não partiu do Vice-Governador, se partiu da assessoria, ele tem que mandar essa assessoria embora. Tem que mandar embora. Quem faz esse tipo de coisa – sem passar pelo conhecimento do próprio Vice-Governador, no nome do Vice-Governador, trazendo um desgaste desse não só para a corporação, mas também para a Câmara Legislativa – tem que ser mandado embora. É essa a minha visão.

Obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigada, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria apenas de passar aqui um recado em relação a uma matéria que saiu hoje, 9 de setembro de 2014, no caderno *Cidades*, do *Correio Braziliense*, que narra: “Candidatos do setor produtivo”.

Até aí não teria nenhum tipo de problema se não fosse a fala de um candidato que teve a oportunidade de ser Parlamentar nesta Casa durante dois meses, como suplente: o candidato Siqueira Campos. Eu achei sua fala muito infeliz no sentido de dizer que o setor de serviços não seria da área produtiva. Eu não sei de onde ele tirou isso. Eu estou querendo aprender até agora para poder saber que o setor de serviços não faz parte da área produtiva. A não ser que seja somente a loja de pneus dele, que é do setor produtivo. Ele também fala sobre a questão de arrecadação de impostos. Realmente, este governo e todos os governos que passaram no Distrito Federal precisam trazer novos investimentos para o Distrito Federal, porque esses investimentos estão indo para o Goiás. Se esses investimentos pelo menos fossem para o Entorno, Deputado Cláudio Abrantes, ainda ia, porque o Entorno é considerado uma sequência do Distrito Federal, mas já perdemos fábricas de veículos para a cidade de Catalão, como é o caso da Mitsubishi, e para a cidade de Anápolis, como é o caso da Hyundai.

Sr. Presidente, só para V.Exa. ter uma ideia: uma cegonha de carros da Hyundai passa por aqui, vai até o Porto Seco de Anápolis, não desce nenhum carro, só para recolher o imposto e volta para vender aqui nas concessionárias. Concessionárias, tudo bem, mas elas não geram emprego como uma fábrica de veículos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Eu acho que o Siqueira Campos, que é candidato do PSDB, foi muito infeliz na sua fala, porque o setor de serviços aqui no Distrito Federal é o que mais emprega e recolhe imposto. E o empresário... Se ele hoje quiser recolher o imposto sobre serviço no estado de origem, se houver uma filial constituída... Nem ele consegue porque a legislação assim não o permite. Então, são recolhidos os 5% no Distrito Federal, como o Deputado Chico Vigilante também sabe disso. E outra coisa que salta aos olhos no caso do ex-Deputado Siqueira Campos, hoje candidato pelo PSDB: apesar de ele ter recebido incentivo fiscal e ter recebido um lote subsidiado, com o dinheiro do contribuinte, no Polo JK, a sua loja, a sua empresa principal está no Sul para recolher ICMS inferior ao do Distrito Federal.

Então, uma pessoa dessa não tem competência, não tem moral para poder falar sobre o setor de serviços, de onde eu vim com muito orgulho. Venho de um setor produtivo sério. Hoje eu considero que quem paga os impostos e recolhe as obrigações trabalhistas é parte de uma classe que não é nem mais classe produtiva. Eu concordaria com o Siqueira Campos se ele falasse classe batalhadora, como diz o Ministro Guilherme Afif Domingos, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer mais como forma de protesto, porque o Sr. Siqueira Campos falar no *Correio Braziliense* dessa forma é até estranho, porque eu não fui ouvido. Colocaram a minha foto, não falaram mal, mas escutaram apenas quem é candidato. É muito fácil para quem é só candidato. Enquanto nós temos mil candidatos na rua pedindo voto, nós estamos aqui cumprindo com as nossas obrigações.

Parabenizo V.Exa., todos que estão presentes e também os Deputados, que também têm compromisso, porque têm suas atividades parlamentares, no governo, representando... E estamos aqui ganhando tempo, não é perdendo tempo. É uma forma de concorrência desleal, porque temos que estar aqui cumprindo o nosso papel.

Então, eu gostaria de dizer que o setor de serviços hoje é um dos setores mais sofridos em nível de Brasil. No Distrito Federal é campeão em recolhimento de impostos. E não há nenhuma outra forma de o imposto não ficar aqui. No caso do Siqueira Campos, ele está recolhendo imposto, eu acho, numa cidade do Paraná ou de Santa Catarina. Então, que ele traga sua empresa de volta para cá e recolha os impostos aqui no Distrito Federal. Dessa forma, eu falaria com proficiência e, logicamente, diria que ele tem que gerar emprego e renda aqui no Distrito Federal e não num estado do Sul.

Sr. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Robério Negreiros, obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Neste momento, esta Presidência registra a presença dos estudantes do curso de Direito da Universidade Projeção, desejando a todos boas-vindas a esta Casa.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Como Líder. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de, neste pronunciamento, dizer que me sinto muito feliz, muito satisfeito na minha vida, em razão de alguns acontecimentos que neste ano ocorreram.

Primeiramente, eu completei 60 anos de casado, completei 80 anos de idade e também 60 anos que fui consagrado ao diaconato na minha igreja, mas, acima de tudo, houve a decisão da 5ª Turma Cível do Tribunal de Justiça. Por unanimidade de seus membros, 3 votos, eles anularam a decisão do Juiz Ciarlini da 2ª Vara da Fazenda Pública do DF, que havia me condenado, pela questão de que eu teria recebido 6 milhões de reais, a devolver 28 milhões para o GDF – uma acusação simplesmente sem nenhuma prova material, sem nenhum documento, uma verdadeira calúnia, uma infâmia, pela qual, durante seis anos, eu venho sofrendo na mídia, tendo a minha família sofrido muito com isso. A minha esposa adoeceu, e nós passando por esses momentos. Hoje eu posso respirar aliviado, porque, por 3 a 0, aquela turma anulou aquela decisão.

Ademais, Sr. Presidente, eu quero também dizer que, na nossa Lei Orgânica do Distrito Federal e na nossa Constituição Federal, está muito claro que, quando se trata de ação penal, tem que se aguardar o transitado em julgado, ou seja, os recursos para os tribunais superiores. Nós temos exemplos aqui de políticos que sofreram nesse sentido. Fernando Collor de Mello teve seu mandato cassado, e agora vem o Supremo Tribunal Federal, não acha nada e anula aquele processo contra o ex-Presidente da República. Ibsen Pinheiro, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, sofreu sanções tremendas, que depois foram anuladas pelo Tribunal Superior. Alcení Guerra, idem. Recentemente, o próprio ex-Governador Joaquim Roriz também sofreu amargamente a condenação, e o tribunal agora veio revogá-la porque não havia provas. Eu fui aqui também condenado no TRE por 4 votos a 2, e no TSE, por 7 a 0, anulou-se aquela decisão do TRE.

Então, eu estou já no limiar, vou descansar da vida pública, depois de mais de 40 anos nela, 56 anos em Brasília e dois mandatos aqui nesta Casa. Há aqui processos em que, se nos ativermos à realidade da nossa Lei Orgânica do Distrito Federal e da Constituição Federal, teremos que aguardar o trânsito em julgado, porque eu tenho certeza absoluta de que, no STJ, será revogada essa decisão do TJ que trouxe essas condenações. Nós ficamos aqui, às vezes, nos queimando, nos desgastando, enquanto a nossa Lei Orgânica do Distrito Federal e a própria Constituição Federal e o próprio despacho do Relator naquele processo contra a minha pessoa dizem: “Após o trânsito em julgado”. No entanto, a Casa aqui não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

espera o trânsito em julgado. Ela age antes do transitado em julgado. Isso traz um grande desconforto.

Eu quero dizer que o Senador Cristovam Buarque, quando Governador, foi condenado por improbidade administrativa. Se existissem essas normas de hoje, ele não teria sido eleito Senador da República já no segundo mandato. No entanto, agora o STJ anulou e revogou aquela decisão do TJ que o condenou naquela época. Temos, então, de aguardar o trânsito em julgado para a condenação. É constitucional, é norma que garante os nossos direitos. No meu caso, por exemplo, não há julgamento sem o duplo grau de jurisdição que a própria Constituição exige.

Estou fazendo esse relato porque, muitas vezes, uma pessoa inescrupulosa faz denúncias, acusações, simplesmente sem nenhuma prova, sem nenhuma materialidade, e, no fim, o desgaste que a mídia traz é muito grande. E depois surge a prova de que não era verdade aquilo. Fica o dito pelo não dito. Mas a culpa e o castigo que pagamos são muito grandes.

Por isso é que eu fiz esse agradecimento pelo que Deus tem me concedido neste ano de 2014, estas quatro fases importantes: 80 anos de idade, 60 anos de casado, 60 anos de ministério da igreja e, acima de tudo, libertação de um jugo tão violento, que escravizou a minha família por muitos anos. Foram 6 anos sofrendo, sofrendo amargamente, mas hoje eu posso respirar aliviado, porque o nosso Tribunal de Justiça fez justiça julgando não politicamente, mas juridicamente e dentro da juridicidade, dentro do processo, e o processo foi arquivado.

Essas são as minhas palavras, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Benedito Domingos.

Aproveito para cumprimentar V.Exa. pela passagem do seu aniversário, bem como a sua esposa, Dona Nair, pelos 60 anos de casados.

Encerrados os Comunicados de Líderes, passa-se aos  
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Parlamentares, imprensa aqui presente, galeria, aproveito para saudar os servidores na luta do PCCR e também os Agentes de Atividades Complementares da Segurança Pública – esta é mesmo a Casa para as manifestações – e naturalmente os estudantes de Direito das Faculdades Projeção. Muito obrigado pela presença.

Quero agradecer o gentil convite que recebi das Faculdades Projeção para uma mesa redonda, um debate com outros parlamentares no *campus* de Sobradinho. Recebi o convite hoje. Quero dizer que estarei presente.

Sr. Presidente, nobres Pares, o tema que trago à tribuna hoje é sobre diversidade, tolerância, combate ao racismo, igualdade racial, enfim, respeito às diferenças.

A opinião pública internacional está escandalizada pela atuação de um grupo chamado Estado Islâmico, que domina territórios iraquianos, e pelo Boko Haram, que aterroriza populações da Nigéria e de países vizinhos. Em ambos os casos, os grupos são compostos por pessoas que agem em nome do fanatismo religioso, do fundamentalismo e também do ódio religioso. Cabe aqui uma ressalva: o islã não é violento; o islã não prega a violência. A grande maioria dos muçulmanos é moderada e prega a paz. Portanto, não se pode atribuir a um texto sagrado ou a um preceito religioso essas violências.

No Brasil, felizmente, não experimentamos essas ações como as do Estado Islâmico. Quando isso acontece, o brasileiro sempre se manifesta de forma contrária – pela tolerância religiosa –, e está certo. Mas eu quero chamar a atenção desta Casa e da imprensa para alguns episódios que estão acontecendo no Brasil e que devem servir de alerta para quem defende a paz, para quem defende a liberdade, para quem defende a tolerância.

Na semana passada, um aluno da Rede Municipal do Rio de Janeiro, de 12 anos de idade, foi impedido de frequentar as aulas porque usava, debaixo do uniforme, guias de candomblé, religião que professa. Com apenas 12 anos, ele foi submetido a esse constrangimento. Segundo relatou a mãe do estudante, a diretora avisou que não permitiria a entrada do jovem com aquele símbolo religioso, mesmo havendo jovens de outras religiões que também usavam símbolos religiosos. Resultado: ele teve que mudar de escola.

Outro episódio que é digno de registro aconteceu no futebol brasileiro, quando o goleiro do Santos Futebol Clube, o Aranha, passou o jogo todo contra o Grêmio sendo ofendido e chamado de macaco por uma torcedora desse clube, fato muito noticiado pela imprensa, que, inclusive, resultou na punição do Grêmio: foi excluído da disputa da Copa do Brasil por essa menção racista. A torcedora pediu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

desculpas, dizendo que não é racista. O goleiro Aranha concedeu as desculpas, mas disse que o ato tem de ser apurado. Por isso, quero saudá-lo e parabenizá-lo.

Igualmente preocupante é uma situação no interior de Minas, onde sete igrejas católicas foram depredadas, incendiadas. Na frente delas foi colocado sal grosso. Isso é uma clara demonstração de ódio religioso. As pessoas se aproveitaram que os moradores, por serem do interior, recolhem-se cedo.

Sr. Presidente, eu quero trazer esses exemplos apenas para ilustrar que não são fatos isolados. Nós que defendemos a liberdade, que defendemos a tolerância, que estamos numa Pátria, num Estado laico, que respeitamos as diferenças e as crenças religiosas, temos que dar atenção a isso. Esse Legislativo não pode ficar à parte disso.

Desta tribuna, quero aproveitar, Sr. Presidente, para denunciar que também tenho sido alvo de manifestações de intolerância e de racismo. Veja só! Isso inclusive já foi nota em alguns jornais de hoje. Numa conversa com o Secretário de Igualdade Racial, apareceu essa situação um tanto quanto diferente, singular: uma pessoa clara, de olhos claros, de cabelos compridos ser vítima de racismo. E digo o porquê.

Na semana passada, circulou na minha cidade e também nas redes sociais um panfleto apócrifo acusando-me de pacto com Satanás, acusando-me de não ser mais o Cristo. O que me ofende é o preconceito dessas pessoas. Isso foi atribuído a mim pela minha defesa intransigente à tolerância religiosa, por defender que todos os credos, seja do evangélico, do católico, do islâmico ou dessas religiões de matrizes africanas, Deputado Prof. Israel Batista, tenham o mesmo direito de quaisquer outras religiões. Isso aconteceu porque recebi pais de santo no meu gabinete, Deputada Celina Leão, porque estive junto do Secretário Daniel Seidl, quando ocupava a pasta, fazendo um brilhante trabalho – ele tinha um trabalho social com um centro de umbanda em Planaltina.

Fizeram esse tipo de coisa e, mais, geraram ódio nas pessoas, dizendo que os praticantes dessas religiões de matriz africana são cultuadores do demônio.

Isso ocorreu pela cidade e nas redes sociais, e nós repreendemos o ato de forma muito firme. Por mais que possa parecer engraçado uma pessoa clara sofrer isso, por mais que possa parecer jocoso alguém que interpretou o papel de Jesus Cristo receber essas acusações, não se pode deixar impune esse tipo de atitude.

Eu fiz, em público, e farei sempre a defesa daquelas religiões que precisam ser reconhecidas e daquelas pessoas que precisam ter sua crença reconhecida. Estive recentemente na SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – do Distrito Federal e fui recebido pelo Secretário Viridiano, que fez questão de tomar par da situação e está oficiando a Polícia Civil, porque esta Casa fez uma audiência pública para debater os crimes de injúria racial. E mais: estarei amanhã no Ministério Público do Distrito Federal, na pasta que trata do tema e também na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Seppir nacional, porque, se nós não cortarmos o mal pela raiz, viveremos num país onde não se pode dizer em qual Deus se acredita!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Saúdo a presença dos agentes de atividades complementares que integram a carreira da segurança pública do Governo do Distrito Federal. São todos bem-vindos. Saúdo também os estudantes de Direito da Faculdade Projeção e os nossos diletos companheiros e parceiros nesta Casa, servidores da Câmara Legislativa.

Concedo a palavra ao Deputado Patrício.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, boa tarde a todos e a todas – aos servidores que estão na galeria reivindicando legitimamente o seu plano de carreira.

Sr. Presidente, eu vim aqui por uma questão de lealdade a V.Exa. e aos demais Parlamentares, para esclarecer alguns fatos. Eu levo a minha vida pública fazendo política com seriedade e aprendi isso no Partido dos Trabalhadores, no PT, Deputada Arlete Sampaio, Deputado Chico Vigilante. Foi o PT que me ensinou a militar, a fazer política. E a fazer política com coerência, mas, principalmente, com seriedade.

Na semana passada, fiz uma intervenção e um discurso até muito duro, cobrando do Governador Agnelo que ele pegasse a estruturação dos policiais e bombeiros militares que foi feita passando por esta Casa – e de cujos debates V.Exa., inclusive, participou, lá no auditório da Câmara Legislativa –, e não aquele absurdo, aquele arcabouço jurídico que foi feito pelos oficiais – na verdade, pela comissão formada por oficiais e praças da PM e dos bombeiros, comandada pelo Coronel Alcântara, do Corpo de Bombeiros, e pelo Coronel Nunes, da Polícia Militar.

Isso é legítimo. É bom esclarecer a todos os Parlamentares, de qualquer partido, que esse procedimento foi feito no Governo Roriz, foi feito no Governo Arruda e está sendo feito agora, Sr. Presidente. Os Parlamentares ou as lideranças que representam as categorias apresentam suas propostas, e os comandos das instituições, já que nós temos organizações hierárquicas, apresentam as suas. Depois, hierarquicamente, tudo é discutido na Secretaria de Administração do Distrito Federal. Foi isso que eu cobre na última semana aqui, Deputado Wasny de Roure, e V.Exa. encaminhou um ofício nesse sentido.

Eu trouxe a esta Casa – e não faço demagogia com os meus discursos –, a proposta que foi entregue nos 24 gabinetes dos Deputados Distritais, nos 8 dos federais e nos 3 dos senadores. Eu não vi, Deputado Wasny de Roure, ninguém apresentar qualquer proposta ou questionar qualquer um dos itens dessa proposta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

construída pelos policiais e bombeiros militares, pelo conjunto dos praças e dos oficiais – depois é que veio a proposta do comando das instituições.

Da proposta do comando das instituições, também, em vez de ficar falando genericamente, Sr. Presidente, nós fizemos aqui um levantamento do seu inteiro teor, Deputada Celina, porque eu me aprofundi na legislação e tenho uma assessoria específica na PM e no Corpo de Bombeiros. Não estou na PM e no Corpo de Bombeiros atrás só de voto: eu quero a realização dos profissionais que defendem a sociedade. Foi isso o que discutimos aqui.

Vou encaminhar para cada gabinete o documento com os 26 pontos aqui listados, os 26 pontos que denigrem as instituições PM e Corpo de Bombeiros e também acabam com a função do policial e do bombeiro militar.

Não vou fazer demagogia, está aqui. E quem me ajudou a fazer a proposta, quem me assessorou também nas críticas à proposta do comando, foi o Subtenente Renilson – para quem não sabe, subtenente é praça, é o último nível hierárquico de praça no Corpo de Bombeiros e na PM – e o Anderson, que também é subtenente do Corpo de Bombeiros e trabalhava no meu gabinete, coordenando cidade por cidade, unidade por unidade da PM e do Corpo de Bombeiros. Eles fizeram a proposta apresentada.

Depois da nossa reivindicação semana passada, Deputado Wasny de Roure, o Governador Agnelo Queiroz – e V.Exa. encaminhou o ofício – agiu com coerência. Ele agiu com coerência, e é bom que a gente fale a verdade, a verdade tem que ser estabelecida. O Governador Agnelo chamou o Secretário de Administração, Wilmar Lacerda, Deputado Wasny de Roure, que é do nosso partido, e levou à Secretaria de Administração o Subtenente Renilson. Se os Deputados quiserem, podem falar com o Subtenente Renilson, que está 24h na Seap, com o Subtenente Anderson, preparando a proposta para ser encaminhada – e os Parlamentares não conhecem o trâmite, V.Exa. conhece, foi muitas vezes comigo à Casa Civil e também ao MPOG, ao Ministério da Fazenda – à Subchefia de Assuntos Federativos. Lá é que é entregue a proposta. Da Subchefia de Assuntos Federativos segue para o Ministério do Planejamento, para o Ministério da Fazenda e depois para o Congresso Nacional, e é isso que está sendo feito!

Aí, é claro, nós recebemos um *e-mail*, Deputada Arlete Sampaio, convocando para uma reunião no Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal. E o *e-mail* diz inclusive que é para ir à paisana, não fardado. É legítimo que qualquer entidade associativa e de classe faça reunião. Nós estamos em uma democracia, é bom que todos aqui saibam disso, e vamos defender a democracia, que é legítima, Deputado Wasny! Alguém colocou no *e-mail* que nessa reunião o vice-governador vai assinar a proposta de reestruturação. Eu nem sei, e V.Exa. e também a Líder do Governo podem até me informar, se o governador está licenciado do cargo de governador, porque o vice só assina quando o governador está licenciado. Mas, se o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

vice-governador está governador em exercício, é claro que a gente vai saber do real fato.

O que vai ocorrer no clube – e eu fui atrás averiguar, porque sou Parlamentar, fui Presidente desta Câmara duas vezes e sou responsável, tenho responsabilidade, levanto dados sobre informação que chega ao meu gabinete; informe é uma coisa, informação é outra – é um ato político, Deputado Wasny de Roure. Não vai ser apresentada proposta de reestruturação. Para acabar com essa demagogia, com essa hipocrisia, a proposta de reestruturação apresentada pelo comando da PM e o do Corpo de Bombeiros está morta, arquivada, não vai seguir adiante!

O Secretário de Administração, Wilmar Lacerda, colocou para assessorá-lo, Deputado Wasny de Roure, os dois subtenentes que mais entendem, Arlete Sampaio, do Direito Militar justamente para ensinar à secretaria, e eu disse no meu pronunciamento, é só pegar as notas taquigráficas! Passaram um mês na Seap ensinando como funciona o plano de carreira da PM e do Corpo de Bombeiros e como funciona a legislação militar. E agora eles estão lá à disposição, o Corpo de Bombeiros os colocou à disposição, para que possam concluir a proposta e encaminhá-la, quando pronta, ao local devido, que, na democracia, é o Congresso Nacional, Deputada Arlete Sampaio. Que ela tramite na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que são as Casas de Leis que podem legislar para os policiais e bombeiros militares e para a segurança pública. O Deputado Distrital tem que ter conhecimento disso!

Foi para isso, Deputado Wasny de Roure, para concluir minha fala, que eu me candidatei a Deputado Federal, Deputada Arlete Sampaio. Eu não vou fazer esse debate aqui nesta Casa porque não é aqui que é feito o debate! Não é aqui. Não vou fazer o debate aqui para ganhar voto. Tenho responsabilidade com a categoria de que sou oriundo e em que ainda permaneço. Quero ver uma reestruturação aprovada de fato, como aprovamos a 12.086, Deputada Arlete Sampaio, que, é bom lembrar aqui, garantiu mais de 35 mil promoções aos policiais e bombeiros militares só depois da sua aprovação, e boa parte delas, ou, na verdade, Deputada Arlete, mais de 34 mil, a partir do dia 19 de abril de 2011, na gestão do Governador Agnelo Queiroz. Houve policiais, Deputado Wasny de Roure, que tiveram uma, uns que tiveram duas – e bombeiros também –, e outros três promoções, Deputada Arlete Sampaio. Nós tínhamos, para resgatar a verdade aqui, Deputado Wasny de Roure, mais de 5 mil soldados na Polícia Militar em janeiro de 2011, e nós temos agora, sem contar os que foram aprovados no último curso, nos últimos CFPs, nós temos ainda 1.200 soldados antigos da Polícia Militar, Deputada Arlete Sampaio, tamanho o avanço.

E hoje eu sentei três vezes com o Secretário de Administração, Wilmar Lacerda, que é quem está discutindo o plano que vai ser apresentado no Governo Federal, e eu estava no telefone quando vim para esta tribuna falando justamente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

com o Secretário para restabelecer a verdade. O Secretário Wilmar Lacerda e o Governador me colocaram, inclusive, que a reestruturação não vai ser encaminhada agora. Não é hoje que ela vai ser encaminhada, até porque é o Governador quem encaminha, mas mais que isso, é bom acabar com essa história de reestruturação dos oficiais do comando, que não vai existir. Não vai existir! Nós, do Partido dos Trabalhadores deste Governo, Deputado Wasny de Roure, Deputada Arlete Sampaio, Deputado Chico Vigilante, não vamos permitir o retrocesso de nenhuma classe trabalhadora. Não foi à toa, Deputada Arlete Sampaio, que sob a liderança de V.Exa., nós aqui atuamos e reestruturamos mais de 34 carreiras de servidores públicos do Distrito Federal.

Eu convoco os Deputados que queiram discutir qualquer um desses temas da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil e dos demais, lá no Congresso Nacional; candidatem-se a Deputado Federal e me acompanhem na bancada para que a gente possa fazer a mudança na sociedade do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Patrício.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Israel Batista.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores da carreira de atividades complementares da segurança pública, servidores da Casa, também estudantes de Direito aqui na Câmara Legislativa. Eu gostaria de abordar, inicialmente, Srs. Deputados, a proposta que o Governo do Distrito Federal encaminhou para a SOF, que é a secretaria que prepara a proposição de orçamento para o Congresso Nacional, no que diz respeito ao Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Nós temos um aumento da ordem de 6,3% no Fundo para o próximo ano, e isso naturalmente é de acordo com a previsão da lei, que é de acordo com a variação da receita corrente líquida, o que possibilitou essa revisão. Isso significa um reajuste de 744 milhões de reais ao Fundo Constitucional do Distrito Federal. Portanto, passaremos de um montante de 11 bilhões e 665 milhões para 12 bilhões e 400 milhões de reais. Sendo assim, há um crescimento, um retorno à área da segurança, que passa a um percentual de 51,7% desse recurso, subindo a partir deste ano, e a educação e a saúde têm um ligeiro declínio de 24,5% para 23%, no caso da educação, e de 26,6%, no caso da saúde, para 25,3%. Portanto,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

passaremos a ter um total de 48% diante de mais de 50%, quase 51% deste ano. Isso permitirá naturalmente ao governo fazer a ampliação dos quadros, sobretudo do concurso público que já vem operando tanto da Polícia Civil como do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar.

Esta é uma demanda da sociedade, a ampliação da carreira de segurança pública de nossa cidade, uma medida extremamente importante. Nesse último mês, o mês de agosto, foram chamados cem novos policiais civis. Há uma previsão para o dia vinte – previsão confirmada pelo Secretário de Administração – de chamar mais cem novos servidores, escrivães e agentes, que deverão se incorporar à Carreira da Polícia Civil.

Eu gostaria de trazer também, aqui, colegas Parlamentares, uma das preocupações que hoje assola a Carreira da Polícia Militar e a Carreira dos Bombeiros Militares. Refiro-me àqueles que se incorporaram recentemente a ambas as carreiras e que estão *subjudice*.

O governo, neste momento, debate um decreto para equacionar as medidas judiciais que estão em curso para dar tranquilidade a aproximadamente oitocentos policiais. Eu faço aqui, portanto, um apelo ao Governo do Distrito Federal para que dê celeridade a esse decreto para equacionar esse problema.

Eu gostaria ainda, Srs. Deputados, de fazer uma rápida observação sobre a reunião da Mesa que tratou da proposta apresentada pela Comissão de Reestruturação.

Eu tenho o dever de convocar as reuniões. Chamei os membros da Mesa para uma reunião na última quarta-feira. Aqui está presente o Deputado Prof. Israel Batista. Os membros da Mesa, por unanimidade, entenderam, até mesmo depois da opinião do próprio Colégio de Líderes, que após o processo eleitoral e unificado o entendimento das duas carreiras, que a matéria deveria ser encaminhada ao Plenário desta Casa. Essa foi uma proposição levantada tanto no Colégio de Líderes como na Mesa Diretora. Enquanto isso, há duas propostas que a Primeira Secretaria apresentou que pede consideração à comissão que estudou a proposta de reestruturação para que examine essas duas proposituras. A Mesa externou preocupação acerca das solicitações de reenquadramento de servidores em função do desvio de função.

É importante chamar a atenção dos servidores, porque isso é uma variável que trouxe uma enorme preocupação para a Procuradoria no sentido de suscitar um conjunto muito grande de passivos trabalhistas para a instituição, e a atual Mesa Diretora da Casa não quer que esse fenômeno venha provocar um desequilíbrio nas contas desta instituição.

Eu faço, portanto, um apelo aos colegas servidores, para que possamos tratar o assunto no plano administrativo e no entendimento da Casa sem que traga



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

preocupações da instituição, principalmente para a nova Mesa, no que diz respeito a passivos trabalhistas decorrentes, sobretudo, de desvio de função.

Eu faço, portanto, essas ponderações que foram feitas na última reunião da Mesa Diretora. Inclusive, Deputada Arlete Sampaio, esse foi o motivo pelo qual os Deputados não estiveram presentes na abertura da sessão, o que levou ao encerramento por falta de *quorum*. Esse foi o motivo pelo qual tenho que prestar contas aos colegas Parlamentares.

Sr. Presidente, são essas as colocações que gostaria de deixar registradas na Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a companheira aqui da Casa lembrou-me bem sobre a questão do PCC. É importante. Lutamos por tantas categorias que não são da Câmara Legislativa e, publicamente, às vezes, fazemos essa defesa em vários locais. Eu acho que é importante nós também fazermos o dever de casa e discutir o plano de carreira dos servidores. Está aí o nosso apoio a essa discussão.

Como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, coloco-me, lado a lado com vocês, junto com a Mesa Diretora para que possam nos apresentar o plano e, se houver alguma adequação a fazer, que o façam na comissão de que sou Presidente, a Comissão de Assuntos Sociais.

Eu quero aproveitar a oportunidade e aqui saudar os agentes de atividades complementares do IML. Sr. Presidente, sabemos que se o IML parar – e ele está parado desde hoje de manhã –, Brasília para, o Distrito Federal para. A luta desses servidores não tem um impacto orçamentário. A luta é por reestruturação de carreira.

Eu fui relatora de quarenta projetos de lei aqui nesta Casa de servidores públicos e acho que é legítimo o servidor parar, pois, muitas vezes, essa é a única forma de o governo ouvi-los. No entanto, Sr. Presidente, o que me deixa mais indignada é o Sr. Wilmar Lacerda sequer deixar um assessor atendê-los. Como se falar em Partido dos Trabalhadores, em partido democrático, em diálogo, se no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

momento em que se faz uma legítima paralisação para ser ouvido, já com muito tempo tentando uma negociação pacífica, parando com legitimidade, sequer são atendidos pelo assessor do assessor do assessor?

Sr. Presidente, eu quero deixar aqui esse registro. V.Exa. pode ter certeza de que essa pressão do governo não vai funcionar: "Não. Tem de voltar a trabalhar para que a gente possa negociar". Com esse pessoal parado por três dias, V.Exa. pode ter certeza de que o Wilmar Lacerda irá atrás deles para tentar uma negociação. Não é dessa forma que se faz, Sr. Presidente.

Apelo aqui para que, de forma democrática, ordeira, o Sr. Wilmar Lacerda os atenda. Eu acho que a melhor forma de democracia é o diálogo. A partir do momento em que se começar o entendimento, existirá uma negociação até para voltar o atendimento à população do Distrito Federal. Já é muito doloroso perder um ente querido, mas perder uma pessoa querida e estar com o IML parado... Será que o Governo do Distrito Federal terá a sensibilidade de parar para sentar e negociar um plano em que não há aumento de impacto salarial? Esse é o registro que eu gostaria de fazer.

Peço, aqui, por gentileza, que o Sr. Secretário Wilmar Lacerda, desça do pedestal e atenda os servidores públicos, ou deixe que alguém os atenda. A informação que eu tive é de que o Jean estava lá para atendê-los e, de repente, o Wilmar não o deixou atendê-los, porque eles estavam em greve. Ora, se eles não estivessem em greve, sequer seriam vistos. Esse é um legítimo direito do trabalhador e, com certeza, o IML é uma área muito sensível.

Então, fazemos o pedido para que o governo, democraticamente, sente, converse, negocie. Sabemos que estamos em um período eleitoral e que não podemos votar projetos que tenham impacto orçamentário, mas, conforme orientação e conversa que tivemos com os líderes do movimento, essa reestruturação não acarreta impacto orçamentário. Então, vamos abrir o diálogo, vamos conversar, pois essa é a forma democrática de se resolver as coisas. Não é, realmente, pressionando e deixando de atender que se vai resolver. Inclusive, eles haviam até se mobilizado aqui na Câmara. Eles haviam saído daqui para serem atendidos, para começar uma reunião.

Deixamos o nosso registro aqui: pedimos esse atendimento.

Sr. Presidente, só para terminar a minha fala, lembro que esse concurso da Secretaria de Saúde que está acontecendo, Sr. Presidente, é fruto de uma representação nossa ao Ministério Público condenando as terceirizações que vêm acontecendo em várias áreas do serviço público do Distrito Federal. Nós conseguimos que a nossa representação fosse acatada. Várias áreas estão sendo providas de servidores públicos efetivos. Com o servidor público efetivo, realmente atende-se o cidadão da melhor forma possível. Quero deixar esse registro aqui. Já tivemos as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

primeiras provas. Teremos as segundas provas agora, a primeira e a segunda etapas. Isso mostra, Sr. Presidente, que a nossa luta vale a pena.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Em tempo, a Presidência desta Casa se coloca à disposição dos servidores em atividades complementares da Segurança Pública para uma negociação sobre os problemas que incidem sobre a carreira desses servidores, especialmente no IML.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos que estão na plateia. É muito importante a participação de todos. Eu fico muito interessado pelas discussões de gestão e acho que todos precisam ser recebidos. O que não se pode é, sem profundidade, nós discutirmos esses temas, porque, muitas vezes, no afã de agradar gregos e troianos, nós acabamos prejudicando quem mais precisa ser ouvido, que é a população do Distrito Federal. Nesse sentido, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo para que essa discussão do plano que está sendo colocado para o plenário seja compartilhada com todos, para que possamos dar a nossa singela opinião.

Eu gostaria também de registrar, Sr. Presidente, que nós estamos vivendo momentos difíceis. Eu vou dar um caso específico e pontuar o que eu tenho explicado. No caso de Vicente Pires, um espaço que foi preservado pelos seus legítimos ocupantes, que são os chacareiros, há de se notar e pontuar que é impressionante como o Distrito Federal é o reino dos grileiros. Aqui é o reino dos grileiros! Aqui é o lugar onde essas pessoas se perpetuam, essas pessoas colocam recursos econômicos para poderem fazer e ter as decisões à sua disposição. Lá, que foi parcelado de forma irregular, aquelas pessoas que mantiveram a regularidade, que se mantiveram nas suas chácaras, que não venderam, que não parcelaram agora são as principais prejudicadas. Isso é uma coisa impressionante! Não dá para entender esse processo. Agora, que será investido um recurso muito alto – e aí têm que se louvar os empréstimos para se fazer o escoamento das águas pluviais, para se fazer o asfaltamento de forma responsável, com planejamento –, após as audiências públicas, após as conversas, após ter-se chegado a um acordo com a participação de todos, o Governo coloca para licitação um formato voltando à estaca zero antes das negociações com a comunidade.

Eu queria pedir, Sr. Presidente, contando com o seu costumeiro bom senso, com a sua intermediação, que pudéssemos falar, colocar e defender as pessoas que mais necessitam, as que mantiveram a regularidade, para darmos o exemplo, para sermos simbólicos no sentido de que a lei precisa proteger aqueles que trabalham na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

legalidade e não buscar proteger ou legalizar aqueles que foram ilegais no primeiro momento e agora querem ser legais. Que possamos interceder junto aos órgãos que estão fazendo essa licitação e ela possa voltar ao seu curso negociado com a comunidade através das audiências públicas.

Realmente não dá para conceber isto: faz-se um acordo com a comunidade; trabalha-se corretamente; as pessoas vão para casa felizes; elas abrem mão de certos espaços para poderem negociar a parte pública, os próprios terrenos que não existiam; cedem os seus terrenos, mesmo sendo legítimos ocupantes das suas chácaras; abrem mão daqueles espaços para atenderem aqueles que invadiram as escolas; e, mesmo assim, depois, o Governo retrocede, a partir da licitação, para colocar baciões em suas chácaras para acabar com seus terrenos. Baciões esses que nem são utilizados mais, levando em consideração a moderna visão de meio ambiente e de escoamento superficial que se tem hoje. Então, eu faço esse apelo aqui nesta Casa para isso.

A partir de agora, irei falar com o Secretário de Obras, com quem for preciso, para poder proteger essas pessoas, que são os legítimos ocupantes e os únicos legais dessa região de Vicente Pires, os únicos! Tem que se falar isso.

Nós estamos vivendo um momento difícil em que a ilegalidade reina, em que as pessoas ganham na Justiça espaços que nos envergonham nesta cidade, envergonham-nos! Acho que a Justiça precisa, nessa questão, entender que o que é imoral não pode continuar acontecendo, além do que é ilegal. Espero que essa questão seja bem vista.

A segunda coisa, Sr. Presidente, bem rapidamente para encerrar, é que eu entrei nesta Casa e fui para a Mesa Diretora e, desde então, tenho discutido um assunto que, para mim, é muito importante: a questão da construção do paraciclo nesta garagem para as pessoas que usam bicicletas. Agora temos ciclovias em todos os lugares. Construamos esse paraciclo. Eu me coloquei, inclusive, à disposição para contribuir financeiramente, com parte do meu salário, porque é tão pouco o recurso. Estou vendo o meu mandato terminar, acabar e essa obra, essa obra, não, esse espaço não ser concedido para aquelas pessoas que usam bicicleta. Aliás, são elas que temos que incentivar, porque incentivamos o uso do carro individual e estamos vendo o que está acontecendo.

Então, eu gostaria de fazer um apelo a V.Exa., que é o Presidente desta Casa, mais uma vez entendendo que a sua vontade é exatamente a mesma que a minha, para que esse paraciclo seja instalado, nem que façamos um churrasco entre nós e contribuamos para se colocar esse paraciclo finalmente nessa garagem, atendendo àquelas pessoas que estão há tanto tempo esperando.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Joe Valle.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09   09   2014	15h16min	72ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Aproveito para agradecer seu puxão de orelha e lembrar que esta Presidência, logo no início desta gestão, solicitou a celeridade disso. Inclusive, cheguei a visitar a Administração de Brasília no sentido de dar celeridade à aprovação do projeto. Vou me atualizar quanto à devida situação do alvará para poder ser viabilizado o referido projeto e, inclusive, o projeto do nosso mastro para hasteamento do pavilhão nacional. Creio que, para mim, é uma das maiores vergonhas e constrangimentos o que nós temos nesta Casa. Admiro que seja concedido alvará de funcionamento para uma instituição, mesmo pública, sem ter um mastro para poder hastear o pavilhão nacional. Infelizmente, o processo licitatório nesta instituição é extremamente moroso, lamentavelmente.

Estão encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Não há *quorum* suficiente para continuarmos a sessão.

Não havendo mais Parlamentares presentes em plenário, exceto o Deputado Prof. Israel Batista, o Deputado Joe Valle e o Deputado Wasny de Roure, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 16h48min.)